

O IDEB E O DESEMPENHO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Nonato Assis de Miranda
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
Universidade Paulista (UNIP)
mirandanonato@uol.com.br

Niani Costa Moraes
Universidade Municipal de São Caetano do Sul
nianimoraes@yahoo.com.br

Resumo: esse texto apresenta os resultados de uma pesquisa que analisa o desempenho das redes públicas de ensino fundamental da região do Grande ABC tomando como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados obtidos pelas escolas foram confrontados com as metas projetadas e mostram que, em média, as escolas de ensino fundamental I (anos iniciais) vem superando essas metas, mas o mesmo não acontece com os anos finais desse nível de ensino. Depreende-se que essa discrepância pode estar associada a fatores sociais e à gestão currículo, mas o IDEB não traz informações suficiente para análises mais conclusivas.

Palavras-chave: ensino fundamental; IDEB; qualidade do ensino.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere no projeto de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação na Região do Grande ABC: as relações entre o investimento financeiro em educação e o desempenho estudantil nas escolas públicas de Educação Básica” cujo objetivo precípua é investigar a relação entre as políticas públicas de financiamento da educação e a melhorias do desempenho dos estudantes da educação básica nessa região.

Considerando-se que para dar conta dessa empreitada se faz necessário fazer um diagnóstico da qualidade de ensino ofertado, empreendeu-se um mapeamento dos indicadores da educação, mais precisamente das escolas públicas de ensino fundamental da região do Grande ABC, tomando como base os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) obtidos pelos diferentes municípios objetos dessa pesquisa.

Não obstante as limitações do IDEB para uma avaliação substancial e completa da qualidade da educação, sabe-se que, a partir da promulgação do Decreto Presidencial nº.

6.094, de 24 de abril de 2007, a busca pela melhoria da qualidade do ensino na educação básica tornou-se, formalmente, compromisso de toda sociedade brasileira.

Portanto, parte do pressuposto que o IDEB é um indicador que oferece uma primeira estimativa da situação do ensino que terá de ser ulteriormente investigada em profundidade dada a subjetividade que está por trás do assunto em questão.

Frente ao exposto, esse texto apresenta um diagnóstico da educação pública de ensino fundamental da região do Grande ABC obtido por meio da análise do IDEB aferido nas redes públicas estadual e municipal no período compreendido entre 2005 e 2011.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para dar conta dos propósitos dessa pesquisa, optou-se por associar os métodos qualitativos e quantitativos por entender que eles não se excluem (NEVES, 1996). Entende-se que embora eles difiram quanto à forma e à ênfase, sabe-se que tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Portanto, pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam oposição (KAPLAN & DUCHON, 1988 ; POPE & MAYS, 1995).

Nesses termos, essa pesquisa recorreu ao banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em busca dos resultados do IDEB dos municípios investigados para analisá-los e cotejá-los entre si tomando como base o referencial teórico que discute o assunto.

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Para compreendermos o atendimento educacional na região do Grande ABC, se faz necessário explicar o modelo de organização administrativa adotado pelos municípios que a compõe.

Essa região se organizou formando, em 1990, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC que reúne sete municípios - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional.

O Consórcio foi transformado em órgão público para se adequar à Lei nº 11.107 de 2005, segundo a qual a União somente celebra convênios com consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública ou que tenham se convertido a esse formato. Nesse caso, especificamente, a mudança foi precedida por um Protocolo de Intenções assinado por todos os chefes do Executivo e aprovado pelas sete Câmaras Municipais.

Sabe-se que a região mencionada apresenta indicadores econômicos importantes, mas o que interessa a esse estudo são os resultados vinculados à educação básica, mais precisamente, o atendimento no ensino fundamental de natureza pública. Portanto, serão apresentados, a seguir, dados estatísticos desse nível de ensino em cada um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Essas informações foram obtidas a partir do Censo Demográfico 2010 – Resultados Gerais da Amostrado divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013) e pela Fundação Seade (2013).

Diadema

De acordo com a Fundação Seade, o município de Diadema, com uma área geográfica de 30,796 Km² e 386.089 habitantes, registrou, em 2010, o terceiro maior PIB per capita da região estudada, R\$25.066,30. No ano seguinte, 2011, apresentou 55.839 matrículas no ensino fundamental.

Quando investigamos a população em idade escolar nesse município, constatamos, em 2010, um total de 57.372 pessoas de 6 a 14 anos de idade, das quais, mais de 97% estavam matriculadas suas escolas públicas de ensino fundamental.

Mauá

Com população total de 417.064 pessoas vivendo em uma área de 61,866 Km², o município de Mauá tinha, em 2011, 61.343 crianças e adolescentes na faixa etária compreendida entre 6 e 14 anos. Desse total, 52.334 estavam matriculados em escolas públicas municipais e estaduais de ensino fundamental o que representa um percentual bastante significativo (85%) para a instância pública.

Ribeirão Pires

Considerado um dos municípios menos favorecidos economicamente da região do Grande ABC, Ribeirão Pires, com PIB per capita de R\$14.564,09 (IBGE, 2012), contava, em 2011, com 13.793 matrículas no ensino fundamental de natureza pública.

Em 2010, segundo dados da Fundação Seade, esse município tinha 15.178 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos. Com isso, constata-se que 91% desse universo é contemplado pela educação pública.

Rio Grande da Serra

Com um PIB per capita de R\$10.134,87, Rio Grande da Serra é o mais pobre dentre os sete municípios investigados contando com uma população de 43.974 habitantes que vivem em uma área de 36, 341 Km².

De acordo com a Fundação Seade (2013), esse município contabilizava, em 2010, uma população de 7.059 crianças e adolescentes na faixa etária compreendida entre 6 e 14 anos. Por sua vez, em 2011, ele contava com 5.806 matrículas no ensino fundamental em escolas públicas municipais e estaduais. Considerando-se que a educação é um direito público subjetivo, cuja obrigação de oferta é do Estado, verifica-se que o atendimento nesse nível de ensino, por parte do poder público, dada sua condição econômica quando comparada aos demais municípios da região é significativa, na medida em que, atende 82% dos estudantes.

Santo André

Santo André é o quarto município mais rico do Grande ABC com um PIB per capita de R\$21.843,91 e uma população total de 676.407 habitantes vivendo em uma área de 175,781 Km². Com o 23º melhor IDH do país (PNUD, 2000), Santo André apresentava, em 2010, uma população de 81.307 pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos, das quais, 65.784 estavam matriculadas no ensino fundamental de natureza pública no ano 2011, o que representa um total de 81%.

São Bernardo do Campo

São Bernardo do Campo, o maior e mais populoso município dentre os investigados, tem um PIB per capita de R\$ 35.680,05, o segundo maior da região do Grande ABC, e uma população de 765.463 habitantes, vivendo em uma área de 409,478 km².

Segundo dados da Fundação Seade (2013), em 2010, São Bernardo do Campo contava com uma população de 99.869 pessoas em idades compreendidas entre 6 a 14 anos. Desse total, no ano de 2011, 89.038 estavam matriculadas em escolas da rede pública municipal e estadual.

Nota-se, portanto que é um número bastante significativo já que 89% da população escolar desse nível de ensino é atendida pela rede pública.

São Caetano do Sul

São Caetano do Sul, o município mais rico da região, tem um PIB per capita de R\$ 58.649,65, uma população estimada de 149.263 habitantes, vivendo em uma área de 15,331 km², a menor dentre as cidades do Grande ABC.

Em 2011, esse município contabilizava, no ensino fundamental, 14.468 matrículas em escolas públicas municipais e estaduais. Considerando-se que a população na faixa do ensino fundamental em São Caetano do Sul era de 14.524 nesse ano, verifica-se que quase 100% de sua população em idade de frequentar o ensino fundamental, é atendida pelo poder público.

Para dar conta da demanda mencionada nessa sessão, os sete municípios que compõem a Região do Grande ABC contam, atualmente com 311 escolas públicas, sendo 150 estaduais e 161 municipais. Essas instituições perfazem um total de 297.062 matrículas (Fundação Seade, 2013).

Não obstante, dada a proximidade desses municípios entre si e com a capital do Estado (São Paulo), a possibilidade de haver estudantes de municípios vizinhos existe, conforme pode ser constatado na Tabela seguinte (3.1).

Tabela 3.1: Matrículas da Rede Pública e Rede Particular de Ensino na Região do Grande ABC.

Município	Matrícula - 2011			2010 População 6 a 14 anos	Variação No. Absoluto * M - pop	Atendimento por Esfera Administrativa	
	Rede Pública	Rede Particular	Total			Rede Pública	Rede Particular
Diadema	55.839	6.795	62.634	57.372	5.262	97%	12%
Mauá	52.334	6.952	59.286	61.343	2.057	85%	11%
Rio Grande da Serra	5.806	-	5.806	7.059	1.253	82%	0%
São Bernardo do Campo	89.038	17.443	106.481	99.869	6.612	89%	17%
São Caetano do Sul	14.468	5.663	20.131	14.524	5.607	100%	39%
Ribeirão Pires	13.793	2.334	16.127	15.178	949	91%	15%
Santo André	65.784	23.792	89.576	81.307	8.269	81%	29%
Total Geral	297.062	62.979	360.041	336.652	23.389	88%	19%

* Total de matriculados menos a população na faixa etária de 6 a 14 anos
Fonte: Fundação Seade (2013).

Com base nas informações contidas nessa tabela, depreende-se que apenas os municípios de Mauá e Rio Grande da Serra não atendem 100% de sua população do ensino fundamental. O primeiro porque somando-se as matrículas da rede pública com a rede particular não chega a esse percentual e o segundo porque não tem somente escolas da rede pública.

Contudo, essa informação não pode ser generalizada já que os outros cinco municípios, quando somadas as matrículas das redes públicas com as das escolas particulares ultrapassam a cifra dos 100%. Provavelmente, esse excedente seja composto pelos alunos não atendidos nesses dois municípios e até mesmo da Cidade de São Paulo.

4 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A QUALIDADE DE ENSINO NO BRASIL

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que combina desempenho na Prova Brasil com aprovação. Seu cálculo é feito pelo produto entre a média das notas padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática e a taxa média de aprovação na etapa em questão que, no caso dessa pesquisa, se refere aos 5º e 9º anos (SOUSA, OLIVEIRA e ALAVARSE, 2012).

Segundo Fernandes (2007), a criação do IDEB representa a iniciativa pioneira, no Brasil, de se acompanhar a qualidade da educação sob duas perspectivas igualmente importantes: o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e a aprendizagem, captada por meio das médias de desempenho na Prova Brasil e no SAEB.

Para esse autor, a lógica que rege o IDEB é a de que uma boa escola é aquela em que o aluno passa de ano, sem perder tempo com reprovações, e, ao final do processo, efetivamente aprende. Não obstante, sabe-se que há muitas críticas com relação a esse ponto de vista acerca do IDEB, mas como nesse estudo se analisa resultados educacionais de caráter mais quantitativo, essa discussão ficará para a próxima fase da pesquisa cujo propósito é investigar a relação existente entre a obtenção de bons resultados em indicadores educacionais como IDEB ou SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), com as práticas de gestão adotadas pelas escolas que serão objeto da pesquisa.

Essa nova empreitada se justifica por entender que o IDEB é um indicador que serve para mensurar a educação tanto quantitativamente quanto qualitativamente dependendo do formato adotado pela sistema de ensino ou pelas escolas avaliadas. Portanto, esse estudo não é

suficiente para traçar um perfil da qualidade do ensino ofertada nos sete municípios que compõem a Região do Grande ABC Paulista.

Embora a análise desse estudo recaia sobre os resultados educacionais da região do Grande ABC, nunca é demais dizer que o IDEB é um indicador que norteia políticas públicas de educação nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Nessa perspectiva, a partir da análise de seus indicadores, o MEC propõe a priorização do apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino (BRASIL, 2007). O aporte de recursos se dá a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) que, segundo a Assessoria de Comunicação Social, em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao plano de metas compromisso todos pela educação (PERONI, 2009).

Ademais, o IDEB serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Para tanto, em seu cálculo, são utilizados os resultados obtidos no Censo Escolar, juntamente com outras avaliações complementares como: o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e as Matrizes de Referência Tópicos, Temas e Descritores da Prova Brasil (Prova Brasil) (MEC, 2013).

Os dois indicadores utilizados para monitorar o sistema de ensino consideram usualmente: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio) (FERNANDES, 2007).

Esse modelo de monitoramento intencionou superar os riscos que a divulgação, por escola, dos dados relativos ao desempenho médio dos alunos que poderia ensejar um movimento de retenção, visando à melhoria do indicador de qualidade relativo ao desempenho, o que prejudicaria ainda mais o fluxo. A avaliação poderia, no limite, produzir efeitos contrários aos pretendidos. O PDE partiu do diagnóstico de que a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto a “indústria da repetência” (BRASIL, 2007).

Para tanto, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022 tomando-se como referência os dados obtidos em 2005. Com isso, cada escola, município ou Estado federado parte de sua própria realidade para avançar no cumprimento dessas metas (GOUVEIA, SOUZA, TAVARES, 2009).

A média nacional do IDEB, em 2005, foi de 3,8 nos primeiros anos do ensino fundamental, em uma escala de zero a dez. Em 2007, essa nota subiu para 4,2 e, em 2011, alcançou 5,0. De acordo com nota do governo federal, esse resultado dos anos iniciais

(primeiro ao quinto) ultrapassou não só a meta para 2011 (de 4,6), como também a proposta para 2013, que era de 4,9. Nessa etapa do ensino, a oferta é prioritariamente das redes municipais, que concentram 11,13 milhões de matrículas, quase 80% do total. O IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal foi calculado em 5.222 municípios sendo que a meta para 2011 foi alcançada por 4.060 deles (77,5%).

Como toda análise é muito subjetiva dependendo, portanto dos interesses de quem a faz, não se pode fazer uma leitura superficial desses resultados e achar que está tudo bem com relação à aprendizagem dos alunos já que o IDEB mede rendimento e fluxo escolar.

Contudo, de acordo com Costa (2013), o desempenho dos estudantes no período escolar é o maior responsável pelo cumprimento das metas do IDEB de 2005 a 2011. Nesse período, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos anos iniciais do ensino fundamental, o desempenho representou 63,7% do IDEB e a aprovação, 36,3%. Nos anos finais do ensino fundamental, o desempenho representou 53,9% e no ensino médio, 56,9%.

Em termos de pontuação, as notas aumentaram. De 2005 a 2011, houve um aumento de 27,2 pontos em matemática para os anos iniciais do ensino fundamental; 13,3 na disciplina nos anos finais e 3,5 no ensino médio. Em português, houve um aumento de 18,3 nos anos iniciais do ensino fundamental e 13,4 nos anos finais. No ensino médio, o aumento das notas em português foi 11 pontos no período.

Segundo Costa (2013), "com base em uma escala, sabemos, de acordo com a nota, o conhecimento que é dominado pelos estudantes. Nos anos iniciais do ensino fundamental, isso significa que os alunos têm quase um ano e meio, dois anos a mais do conhecimento esperado para o período". Ele acrescenta que mesmo no ensino médio, onde estão "os maiores desafios", observa-se um aumento.

Frente ao exposto, concorda-se com Peroni (2009), para quem, ao contrário de outros testes, o IDEB tem se traduzido em um parâmetro para o investimento em escolas e sistemas públicos de educação de acordo com suas necessidades.

5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GRANDE ABC

A seguir são apresentados os resultados obtidos pela rede pública municipal e estadual de ensino nos anos de 2005, 2007 e 2009 no IDEB, nos anos iniciais finais do Ensino Fundamental, bem como as respectivas projeções das notas estipuladas pelo MEC.

Tabela 5.1: Resultado IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) referente ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais rede pública (municipal e estadual).

Nome do Município	IDEB OBSERVADO REDE PÚBLICA 5º. ANO				META PROJETADA			VARIÇÃO ABSOLUTA		
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007 - Real x Meta	2009 - Real x Meta	2011 - Real x Meta
Diadema	4,7	4,8	5,5	5,6	4,8	5,1	5,5	0	0,4	0,1
Mauá	4,7	4,8	5,4	5,6	4,7	5,1	5,5	0,1	0,3	0,1
Ribeirão Pires	5,1	5,0	5,6	5,9	5,1	5,4	5,8	-0,1	0,2	0,1
Rio Grande da Serra	4,2	4,3	4,8	5,2	4,3	4,6	5,0	0	0,2	0,2
Santo André	4,9	4,9	5,4	5,6	5,0	5,3	5,7	-0,1	0,1	-0,1
São Bernardo do Campo	4,9	5,1	5,6	5,8	4,9	5,3	5,6	0,2	0,3	0,2
São Caetano do Sul	5,4		5,9	6,4	5,5	5,8	6,1	-5,5	0,1	0,3

Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Com base nos resultados identificados, nota-se que os municípios de Diadema, Mauá, Rio Grande, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul¹ vem cumprindo as metas projetadas nas últimas três avaliações realizadas. Em 2009, o maior crescimento foi constado em Diadema com 0,4 pontos acima da meta projetada e Mauá e São Bernardo do Campo. Esses dois últimos municípios obtiveram o mesmo resultado acima da meta projetada para o IDEB de 2009, 0,3 pontos. Por outro lado, o município de Santo André, apenas no ano de 2009, conseguiu superar em 0,1 ponto a meta projetada, mas nas avaliações anterior (2007) e posterior (2011) ficou 0,1 ponto abaixo da mesma meta. Portanto, esse município precisa ficar atento à gestão da educação e do currículo em vigor.

O baixo crescimento no IDEB para esse nível de ensino representa uma forte preocupação por parte de qualquer município já que nele onde foram despendidos os maiores esforços especialmente com relação ao currículo, à formação continuada de professores e à qualidade dos materiais utilizados nas escolas (KLEIN, 2012). Portanto, espera-se bons resultados.

Tabela 5.2: Resultado IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) referente ao Ensino Fundamental - Anos Finais rede pública (municipal e estadual).

IDEB OBSERVADO REDE PÚBLICA 9º ANO	META PROJETADA	VARIÇÃO ABSOLUTA
------------------------------------	----------------	------------------

¹ Esse município não teve nota no IDEB em 2007.

Nome do Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007 - Real x Meta	2009 - Real x Meta	2011 - Real x Meta
Diadema	3,9	3,8	4,1	4,2	3,9	4,0	4,3	-0,1	0,1	-0,1
Mauá	4,0	4,1	4,2	4,4	4,0	4,2	4,5	0,1	0	-0,1
Ribeirão Pires	4,2	4,3	4,7	4,7	4,2	4,4	4,7	0,1	0,3	0
Rio Grande da Serra	4,0	3,9	4,1	4,2	4,0	4,2	4,5	-0,1	-0,1	-0,3
Santo André	4,1	4,2	4,4	4,2	4,2	4,3	4,6	0	0,1	-0,4
São Bernardo do Campo	4,2	4,2	4,4	4,3	4,3	4,4	4,7	-0,1	0	-0,4
São Caetano do Sul	4,4	4,5	4,8	4,8	4,4	4,6	4,9	0,1	0,2	-0,1

Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Diferentemente do anos iniciais do ensino fundamental, quando se analisa os resultados do IDEB dos municípios do Grande ABC, dos anos finais de mesmo nível de ensino, vê-se que a situação é preocupante. Com base nos resultados apontados na Tabela 4.2, nota-se que quase todos os municípios dessa região, de alguma forma, deixaram de cumprir a meta projetada pelo IDEB em pelo menos um dos anos da avaliação (2007, 2009, 2011).

Constata-se que nem mesmo São Caetano do Sul, o menor e o mais rico município da região investigada, superou sua meta em todos nos três anos da avaliação. Por sua vez, a maior preocupação recai sobre Rio Grande da Serra, o mais pobre dentre os municípios da região do Grande ABC, pois ele não deu conta da meta projetada em nenhum dos três anos em que sua rede de ensino foi avaliada.

Acredita-se que esse resultado aponta na direção das observações feitas por Padilha *et. all* (2012) de que, ao utilizar o IDEB como um primeiro sinalizador de qualidade da educação nos municípios brasileiros, constata-se, primeiramente, uma reprodução das desigualdades regionais historicamente encontradas em outros indicadores socioeconômicos.

Dessa forma, considerando-se socioeconômica de Rio Grande da Serra, supõe-se que a desigualdade se reproduz tanto no nível nacional quanto regional.

Entretanto, para ampliar essa análise, há de se considerar que esse cenário não é uma exclusividade da Região do Grande ABC. Segundo Meirelles e Fernandes (2012), olhando apenas as redes estaduais, que concentram boa parte das matrículas dessas duas etapas (anos iniciais e finais do ensino fundamental), observa-se que doze estados não alcançaram as metas de 2011 para os anos finais do fundamental e sete não chegaram às do médio.

De acordo com essas autoras, as razões para tais resultados são muitas e não são simples. Sobre esse assunto, Oliveira (2012) alerta para o fato de o problema ser cumulativo. Para ele, "conforme avançam na escolaridade, as deficiências tendem a se tornar mais crônicas". Outra hipótese para a dificuldade em avançar nos anos finais do ensino

fundamental, ainda segundo o autor, é que a avaliação pode não estar captando as deficiências de aprendizagem nos anos iniciais, de maneira que só passam a ser evidentes nos anos finais.

Por sua vez, Klein (2012) sinaliza que há um gargalo na passagem dos anos iniciais para os finais desta etapa, seja em relação ao rendimento ou ao fluxo. Para esse autor, "a taxa de reprovação no 6º ano é altíssima. É preciso um grande esforço para se repetir o que tem sido feito nos anos iniciais".

Não se pode descartar a hipótese de que existem vários aspectos referentes à qualidade do processo educativo e do próprio ambiente escolar que interferem diretamente nas notas obtidas pelas escolas e pelas redes escolares no IDEB, e que não são considerados por este sistema de avaliação (FERRON, SILVEIRA, 2012).

Com base em um estudo realizado no município de Carazinho (RS), essas autoras concluem que a localização geográfica, a clientela, a infraestrutura das escolas, as matrizes curriculares utilizadas, os investimentos governamentais efetuados e o nível de escolaridade docente dos profissionais atuantes deveriam ser considerados como indicadores no que se refere à qualidade da educação.

Nessa mesma direção, Freitas (2007) entende que quando se adota apenas o rendimento escolar e aprendizagem em leitura (português) e matemática para mensurar a qualidade do ensino, além de ter um olhar simplista sobre as finalidades da educação, pode-se estar induzindo a uma redução do currículo.

Frente ao exposto, é importante que se tenha em mente que os resultados insatisfatórios funcionam como catalisadores dos debates sobre educação. O reconhecimento do baixo rendimento dos estudantes conduz o modo como a escolarização se incorpora à agenda política nacional e demarca o debate sobre a avaliação no Brasil (ESTEBAN, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse estudo, conclui-se que existe uma diferença significativa quanto aos resultados obtidos pelos municípios que compõem a região do Grande ABC quando se compara os anos iniciais do ensino fundamental com relação aos finais desse mesmo nível de ensino.

Constatou-se que os resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental estão, na maioria dos municípios investigados, acima da meta projetada. Por sua vez, nos anos finais, não se pode dizer a mesma coisa. Entretanto, alguns especialistas tentam minimizar a situação com suas análises.

Para Oliveira (2012), por exemplo, há dois fatores que precisam ser levados em conta na análise dos dados e que minimizam a importância do aumento, no IDEB, nos anos finais do ensino fundamental. O primeiro deles é que as condições sócio-econômicas dos alunos influenciam "fortemente" os resultados e a economia do país cresceu nos últimos anos. E, depois, à medida que o IDEB se torna conhecido e ganha importância, a tendência é que a atenção sobre ele ajude a melhorar os resultados das escolas.

Frente ao exposto, depreende-se que, quando as análises recaem somente sobre dados estatísticos, deixando de fora a compreensão de elementos que levaram à obtenção de determinados resultados, corre-se o risco de se fazer uma interpretação errônea do IDEB alcançado por determinada escola ou rede de ensino.

Por fim, o estudo mostra que apesar de os municípios da Região do Grande ABC não terem problemas quanto ao atendimento de sua demanda escolar no ensino fundamental, eles têm potencial para superar os resultados do IDEB que vem sendo identificados nos anos finais do ensino fundamental. Para tanto, é preciso juntar vontade política a um bom trabalho técnico.

Além disso, acredita-se que dois fatores podem contribuir para o aumento do IDEB na região. São eles: a) uma maior aproximação com os pais e a comunidade para garantir que os alunos não deixem de frequentar a escola; b) a criação de parceria com as universidades da região, em especial as de natureza pública, com o propósito de contribuir para a formação inicial e continuada dos professores especialistas que atuam nessa etapa do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 6.094/2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: DOU, 2007.

_____. O plano de desenvolvimento da educação (PDE): razões, princípios e programas. Brasília-DF. MEC, 2007. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em: 16/03/2013.

_____. Nota técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 07/03/2013.

_____. **IBGE Cidades - São Paulo.** (2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 02/03/2013.

COSTA, Luiz Claudio. **Desempenho de estudantes é maior responsável pelas metas do Ideb**. Disponível em: <<http://www.portalfuturum.com.br/home/noticias/visao.php?id=2918>>. Acesso em: 16/03/2013.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 17, n.5, p.573-592 set.-dez. 2012.

Fernandes, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERRON, Aline; SILVEIRA, Carmen Lúcia Albrecht da. Índice de desenvolvimento da educação básica: indicadores de qualidade. **Anais do IX ANPED SUL**. Caxias do Sul-RS, 29/07 a 01/08/2012.

FREITAS, Luis Carlos. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 28. nº 100, p.965-987, out. 2007.

Fundação Seade. **Informações dos municípios paulistas**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&tabs=1&aba=tabela1&redir=&busca=Educa%E7%E3o>.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângela Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 45-58, jan./abr. 2009

KAPLAN, B; DUCHON, D. **Combining qualitative and quantitative methods information systems research: a case study**. Manage. Inf. Syst. Q. 12, 4, pp. 571-586, 1988.

KLEIN, Ruben. In.: MEIRELLES, Elisa; FERNANDES, Elisângela. **Ideb 2011: País avança nos anos iniciais, mas ainda enfrenta desafios nas etapas seguintes**. Revista Nova Escola, outubro, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ideb-2011-698171.shtml>>. Acesso em: 13/03/2013.

MEIRELLES, Elisa; FERNANDES, Elisângela. **Ideb 2011: País avança nos anos iniciais, mas ainda enfrenta desafios nas etapas seguintes**. Revista Nova Escola, outubro, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ideb-2011-698171.shtml>>. Acesso em: 13/03/2013.

NEVES, José Luis. A pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 15/03/2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. In.: YAMAMOTO, Karina; TARGINO, Rafael; SMOSINSKI, Suellen. **Apesar de crescer nos anos iniciais, Ideb preocupa no final do fundamental e no ensino médio**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/14/apesar-de-crescer-nos-anos-iniciais-ideb-do-final-do-fundamental-e-do-ensino-medio-preocupa.htm>>. Acesso em: 10/03/2013.

PADILHA, Frederica; ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; PUDENZI, Luciana. As regularidades e exceções no desempenho no IDEB dos municípios. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 58-81, jan./abr. 2012

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **RBP**, v. 25, nº2, p.285-300, mai./ago. 2009.

POPE, Catherine; MAYS, Nick. **Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research**. British Medical Journal, n.311, 1995, p.42-45.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Políticas educacionais municipais e qualidade do ensino: o ideb como mecanismo de monitoramento da educação fundamental**. In.: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de, REAL, Giselle Cristina Martins. Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais, p.13-13. Dourados-MS. Editora da UFGD, 2011.